ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL
LEIRIA
APPC

A.P.P.C. - LEIRIA

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referentes ao Ano 2018

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Elaborado por: Contabilista Certificado R. N.

Índice

1 Identificação da Entidade 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 4
3 Principais Políticas Contabilísticas 4
3.1 Bases de Apresentação 5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 7
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 16
5 Ativos Fixos Tangíveis 16
6 Ativos Intangíveis 17
7 Locações 18
8 Custos de Empréstimos Obtidos 18
9 Inventários 19
10 Rédito 19
11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 20
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo 20
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 22
14 Imposto sobre o Rendimento 22
15 Benefícios dos empregados 23
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 24
17 Outras Informações 24
17.1 Investimentos Financeiros 24
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros 25
17.3 Clientes e Utentes 25
17.4 Outras contas a receber 25
17.5 Diferimentos 25
17.6 Outros Ativos Financeiros 26
17.7 Caixa e Depósitos Bancários 26
17.8 Fundos Patrimoniais 26
17.9 Fornecedores 26
17.10 Estado e Outros Entes Públicos 27
17.11 Outras Contas a Pagar 27
17.12 Outros Passivos Financeiros 27
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração 28
17.14 Fornecimentos e serviços externos 28

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

17.15 Outros rendimentos 28
17.16 Outros gastos 29
17.17 Resultados Financeiros 29
17.18 Outras divulgações relevantes 30
17.19 Acontecimentos após data de Balanço 31

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

1 Identificação da Entidade

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, dotada de estatuto de Utilidade Pública, publicado no Diário da Republica, 2ª série, nº 166, de 29 de Agosto de 2006 (parte especial), com registo definitivo em 25 de Julho de 2006, no livro nº 10 das Associações de Solidariedade Social, sob o nº 71/05 e fls.184, com sede em Rua Verde pinho, Lote 1, n.º 201, 207 e 213, Vale da Fonte, Marrazes, 2415-609 Leiria.

Endereço eletrónico: contabilidade@appcleiria.pt

Página da Internet: www.appcleiria.pt

A "APPC – Leiria", tem como código de atividade económica principal (CAE 88102): Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento.

A Associação tem como finalidade principal a prestação de serviços de solidariedade social e segurança social, no âmbito da prevenção, reabilitação, habilitação, participação, inclusão social e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos clientes/utentes, com base nas demonstrações financeiras.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando as demonstrações financeiras respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Nota: Durante o ano de 2018 não existiu nenhum ativo intangível a ser depreciado.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edificações Ligeiras	6
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e Utensílios	4
Equipamento Informático	5
Equipamento administrativo	5 / 6
Programas Informáticos	3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

3.2.7 Inventários

Nota: A A.P.P.C. - Leiria não tem inventário.

Caso existam, os "Inventários" serão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade possa deter, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a caraterística qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

A A.P.P.C. - Leiria não tem imposto sobre o rendimento coletivo a pagar, nem tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis	Ano 2018					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Edifícios e outras construções	329.291,39	0,00	0,00	0,00	0,00	329.291,39
Equipamento básico	52.051,90	0,00	0,00	0,00	0,00	52.051,90
Equipamento de transporte	98.066,65	0,00	0,00	0,00	0,00	98.066,65
Equipamento administrativo	99.565,60	3.164,25	0,00	0,00	0,00	102.729,85
Outros Ativos fixos tangíveis	9.568,20	0,00	0,00	0,00	0,00	9.568,20
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	30.006,66	0,00	0,00	0,00	0,00	30.006,66
Total	**693.550,40**	**3.164,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**696.714,65**

Depreciações Acumuladas	Ano 2018			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	147.758,67	5.080,37	0,00	152.839,04
Equipamento básico	46.653,71	4.649,59	0,00	51.303,30
Equipamento de transporte	69.383,05	7.170,90	0,00	76.553,95
Equipamento administrativo	92.623,09	3.325,69	0,00	95.948,78
Outros Ativos fixos tangíveis	9.568,20	0,00	0,00	9.568,20
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**365.986,72**	**20.226,55**	**0,00**	**386.213,27**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Ativos Fixos Tangíveis	Ano 2017					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Edifícios e outras construções	329.291,39	0,00	0,00	0,00	0,00	329.291,39
Equipamento básico	52.051,90	0,00	0,00	0,00	0,00	52.051,90
Equipamento de transporte	102.352,15	35.854,50	40.140,00	0,00	0,00	98.066,65
Equipamento administrativo	99.565,60	0,00	0,00	0,00	0,00	99.565,60
Outros Ativos fixos tangíveis	9.568,20	0,00	0,00	0,00	0,00	9.568,20
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	23.506,66	6.500,00	0,00	0,00	0,00	30.006,66
Total	**691.335,90**	**42.354,50**	**40.140,00**	**0,00**	**0,00**	**693.550,40**

Depreciações Acumuladas	Ano 2017			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	142.538,12	5.220,55	0,00	147.758,67
Equipamento básico	49.158,17	4.638,65	7.143,11	46.653,71
Equipamento de transporte	102.352,15	7.170,90	40.140,00	69.383,05
Equipamento administrativo	89.535,07	3.088,02	0,00	92.623,09
Outros Ativos fixos tangíveis	9.568,20	0,00	0,00	9.568,20
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**393.151,71**	**20.118,12**	**47.283,11**	**365.986,72**

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos Biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiantamentos AFT	Total
Valor Bruto no Início	75.000,00 €	329.291,39 €	52.051,90 €	98.066,65 €	99.565,60 €	- €	9.568,20 €	30.006,66 €	- €	693.550,40 €
Depreciações Acumuladas	- €	147.758,67 €	46.653,71 €	69.383,05 €	92.623,09 €	- €	9.568,20 €	- €	- €	365.986,72 €
Saldo no Início do Período	75.000,00 €	181.532,72 €	5.398,19 €	28.683,60 €	6.942,51 €	- €	- €	30.006,66 €	- €	327.563,68 €
Variações do Período	- €	- 5.080,37 €	- 11.792,70 €	- 47.310,90 €	- 161,44 €	- €	- €	- €	- €	- 64.345,41 €
Total de Aumentos	- €	- €	- €	- €	3.164,25 €	- €	- €	- €	- €	3.164,25 €
Aquisições me primeira mão	- €	- €	- €	- €	3.164,25 €	- €	- €		- €	3.164,25 €
Total diminuições	- €	5.080,37 €	11.792,70 €	47.310,90 €	3.325,69 €	- €	- €	- €	- €	67.509,66 €
Depreciações do período	- €	5.080,37 €	4.649,59 €	7.170,90 €	3.325,69 €	- €	- €	- €	- €	20.226,55 €
Saldo no fim do período	75.000,00 €	176.452,35 €	748,60 €	21.512,70 €	6.781,07 €	- €	- €	30.006,66 €	- €	310.501,38 €
Valor Bruto no fim do período	*75.000,00 €*	*329.291,39 €*	*52.051,90 €*	*98.066,65 €*	*102.729,85 €*	- €	*9.568,20 €*	*30.006,66 €*	- €	696.714,65 €
Depreciações Acumuladas no fim do período	- €	*152.839,04 €*	*51.303,30 €*	*76.553,95 €*	*95.948,78 €*	- €	*9.568,20 €*	- €	- €	386.213,27 €

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2018

6 Ativos Intangíveis

Não existem Ativos Intangíveis a divulgar.

7 Locações

A Entidade não detém qualquer ativo adquirido com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, dentro do próprio exercício económico. A taxa de juro que a A.P.P.C. - Leiria tem no contrato do empréstimo bancário é de 2,781%. Em Janeiro de 2018 a taxa de juro efetiva encontrava-se nos 2,371%, terminando o exercício de 2018, mais precisamente em Dezembro a taxa de juro efetiva era de 2,381%, esta diminuição deve-se exclusivamente à taxa EURIBOR ter apresentado valores negativos nesses períodos.

Os empréstimos são registados, no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

	Ano 2018			Ano 2017		
Descrição	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**
Empréstimos Bancários	6.874,12	160.796,30	167.670,42	6.712,31	167.676,59	174.388,90
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	1.584,31	0,00	1.584,31	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas/Cartão de Crédito	199,50	0,00	199,50	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**8.657,93**	**160.796,30**	**169.454,23**	**6.712,31**	**167.676,59**	**174.388,90**

Custos de Empréstimos Obtidos - Ano 2018

Descrição	Valor Contratual do Empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total Custos Anuais Emp. Obtidos	Juros Suportados Anuais Emp. Obtidos	Dispêndios com Ativo	Taxa Capitalização Utilizada	Custos Emp. Capitalizados	Custos Emp. em Gastos
Empréstimos Genéricos		1.584,31 €							
Instituições de Crédito e Soc. Financeiras	250.000,00 €	6.874,12 €	160.796,30 €	4.198,59 €	4.198,59 €				
Instituições de Crédito - Cartões de Crédito		199,50 €							
Empréstimos Específicos									
Total dos Empréstimos	**250.000,00 €**	**8.657,93 €**	**160.796,30 €**	**4.198,59 €**	**4.198,59 €**				

Quadro Comparativo: Custos de Empréstimos Obtidos - Ano 2017

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Descrição	Valor Contratual do Empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total Custos Anuais Emp. Obtidos	Juros Suportados Anuais Emp. Obtidos	Dispêndios com Ativo	Taxa Capitalização Utilizada	Custos Emp. Capitalizados	Custos Emp. em Gastos
Empréstimos Genéricos									
Instituições de Crédito e Soc. Financeiras	250.000,00 €	6.712,31 €	167.676,59 €	4.294,48 €	4.294,48 €				
Instituições de Crédito - Cartões de Crédito									
Empréstimos Específicos									
Total dos Empréstimos	**250.000,00 €**	**6.712,31 €**	**167.676,59 €**	**4.294,48 €**	**4.294,48 €**				

De referir, que o empréstimo bancário contraído pela Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria foi efetuado para fazer face à aquisição de um Ativo Fixo Tangível, mais concretamente, o Edifício onde se encontra a sede da Instituição e o exercício da sua atividade.

Outras divulgações

Descrição	Valor Período Ano 2018	Valor Período Anterior Ano 2017
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	4.198,59 €	4.294,48 €
Juros de financiamentos suportados	4.198,59 €	4.294,48 €
Juros de empréstimos bancários	4.198,59 €	4.294,48 €
Outros juros de financiamentos obtidos		

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam inventários a divulgar.

10 Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é reconhecido quando é devido, no caso das Prestações de Serviços é reconhecido quando a prestação de serviços é efetuada.

Relativamente às Doações e ao Acordo com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o rédito é reconhecido quando é recebido.

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida para os períodos de 2018 e 2017, conforme quadro seguinte:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços:		
Serviços Prestados - Apoio Regime Ambulatório	40.311,08 €	39.802,56 €
Quotas e joias	5.816,00 €	1.727,00 €
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	**46.127,08 €**	**41.529,56 €**

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nos períodos de 2017 e 2018, não foram constituídas qualquer tipo de provisões, nem existiram passivos e ativos contingentes.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

A política contabilística adotada para os subsídios do Governo é a do reconhecimento aquando da sua atribuição e recebimento, uma vez que se tratam de subsídios à exploração.

Os Subsídios atribuídos pelo Município de Leiria (contrato Pro Leiria Hipoterapia e contrato-programa Renda de Instalações) são reconhecidos tendo em conta o valor de subsídio atribuído no respetivo exercício económico, independentemente do seu recebimento dentro do mesmo exercício económico.

12.2 – Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente beneficiou:

Os subsídios reconhecidos têm várias naturezas:

1 – Subsídio mensal no âmbito do Acordo Atípico que a Instituição tem com o Centro Distrital de Segurança Social de Leiria no montante anual de 235.678,20€ referente a acordo para 107 utentes;

2 – Subsídios eventuais e anuais de autarquias, mais especificamente atribuídas pela Câmara Municipal de Leiria no montante de 12.032,00€, para o auxílio das despesas

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

com a renda do imóvel (10.032,00 referente ao ano de 2018) e de despesas com a Equitação com fins Terapêuticos (2.000,00 no ano de 2018);

3 – Subsídio atribuído pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.) no âmbito de um Contrato Medida Estágio Profissional, a título de subsídio à exploração, processo com o ID 1103131 e n.º 0700/ET/18 a A.P.P.C. – Leiria recebeu no ano de 2018 o valor de 1.510,87 €;

4 – Apoio financeiro atribuído no âmbito da candidatura ao projeto co-financiado pelo programa de financiamentos a projetos pelo I.N.R., I.P. n.º 220/2018 – Área Prioritária A "Operação Sorriso às Cores", no montante de 19.804,79€;
Este projeto foi apoiado financeiramente pelo I.N.R., I.P. em 19.804,79€ e tem despesas associadas no montante de 48.940,39€.

5 – Apoio financeiro atribuído no âmbito da candidatura ao projeto co-financiado pelo programa de financiamentos a projetos pelo I.N.R., I.P. n.º 460/2018 – Área Prioritária E, "(Re)habilitação em Terapia Ocupacional: Comparação de Resultados de uma Intervenção em contexto natural e em contexto Institucional" pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (I.N.R., I.P.), no montante de 4.823,59€;
Este projeto foi apoiado financeiramente pelo I.N.R., I.P. em 4.823,59€ e tem despesas associadas no montante de 22.008,00€.

O **Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.**, continuou a ser parte fundamental ao longo do ano de 2018 no apoio e divulgação da A.P.P.C. - Leiria, dando possibilidade à Associação de realizar diversas atividades e dar a conhecer a realidade das crianças e jovens "especiais" com deficiência.

7 – Foi recebido no ano de 2017, do **Fundo de Socorro Social**, o montante de 50.000,00 € para equilíbrio financeiro. A A.P.P.C. – Leiria, reconheceu como subsídio à exploração no ano de 2017 o montante de 13.000,00 € e reconheceu durante o exercício de 2018 o montante de 37.000,00 €, o montante recebido foi utilizado para fazer face a despesas correntes e operacionais da instituição, e perfazendo desta forma, o montante total recebido para equilíbrio financeiro.

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Foi recebido no ano de 2017, também do **Fundo de Socorro Social** o montante de 24.991,84 € para aquisição de uma viatura ligeira adaptada e nova. Este montante foi levado à conta "593101" (Outras Variações nos Fundos Patrimoniais - Subsídios - Fundo Socorro Social), repartiu-se o Proveito em função da vida útil esperada da viatura (5 anos). Considerou-se desta forma, 1/5 do montante recebido, como Proveito do exercício, no valor de 4.998,37 €, o qual está refletido na conta "78833" (Imputação de Subsídios para Investimento – F. S. S.).

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios e Apoios do Governo

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Subsídios do Governo:		
ISS, I.P.	235.678,20 €	230.606,40 €
Fundo Social Europeu - POPH	0,00 €	0,00 €
Outras Entidades	50.542,87 €	25.058,41 €
Apoios do Governo		
I.N.R., I.P.	24.628,38 €	22.043,68 €
Total	**310.849,45 €**	**277.708,49 €**

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Esta nota, não se aplica à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não existe qualquer imposto sobre o rendimento a declarar, uma vez que a A.P.P.C. – Leiria não efetuou qualquer operação fora do âmbito dos estatutos. A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sob a forma de Associação, sem fins lucrativos, logo encontra-se isenta ao abrigo do artigo 10.º do CIRC, n.º 1, alínea b).

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 18, registando a 31/12/2017 o número médio de 18.

O número de trabalhadores remunerados de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram, respetivamente de 1 e 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00 €	0,00 €
Remunerações do pessoal	214.548,56 €	206.928,22 €
Benefícios Pós-Emprego	0,00 €	0,00 €
Indemnizações	0,00 €	0,00 €
Encargos sobre as Remunerações	46.980,89 €	46.289,66 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.571,51 €	3.004,03 €
Gastos de Ação Social	0,00 €	0,00 €
Outros Gastos com o Pessoal	34.597,73 €	31.326,20 €
Total	**300.253,59 €**	**287.548,11 €**

Pessoal ao Serviço da Empresa e Horas Trabalhadas

Descrição	N.º Médio de Pessoas	N.º de Horas Trabalhadas	N.º Médio de Pessoas Período Anterior	N.º de Horas Trabalhadas Período Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	18	30.535	18	29.418
Pessoas remuneradas	18	30.535	18	29.418
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário				
Pessoas a tempo completo	18	18	18	18
(das quais pessoas remuneradas)	18	18	18	18
Pessoas a tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	18	30.535	18	27.606
Masculino	5	8.263	3	4.903
Feminino	13	22.272	15	22.703

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

Para além das informações descritas no anexo à demonstração de resultados e balanço, não existem informações relevantes a serem divulgadas.

17.1 Investimentos Financeiros

Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzidos de quaisquer perdas de imparidade.

A 31 de Dezembro de 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	Ano 2018
Investimentos em subsidiárias	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00
Outros Métodos	0,00
Investimentos em associadas	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00
Outros Métodos	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00
Outros Métodos	0,00
Investimentos noutras empresas	**0,00**
Outros investimentos financeiros	**1.186,94**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**0,00**
Total	**1.186,94**

A rubrica "Outros Investimentos Financeiros" diz respeito mais precisamente, ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). É um fundo de capitalização individual, destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de Outubro de 2013.

DOCUMENTO APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/05/2019

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não existem movimentos no período de 2018 e 2017 para divulgar.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	2.189,20	3.304,56
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	**2.189,20**	**3.304,56**

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.008,00	500,00
Outros Devedores	295,00	5.011,52
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	**3.303,00**	**5.511,52**

Nota: O valor espelhado na rubrica "devedores por acréscimos de rendimentos", diz respeito a valores de subsídios atribuídos no ano de 2018 pelo Município de Leiria, mas que só foram recebidos em Janeiro de 2019.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Gastos a Reconhecer (Diferidos)		
Seguros pagos antecipadamente	**1.207,45**	**236,53**
Rendimentos a Reconhecer		
Fundo Socorro Social	**0,00**	**37.000,00**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não se aplica à Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria, pois a Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, qualquer investimento noutras entidades.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Caixa	36,29	296,84
Depósitos à ordem	385,20	11.055,81
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	**421,49**	**11.352,65**

17.8 Fundos Patrimoniais

No exercício de 2018 ocorreram as seguintes variações nos "Fundos Patrimoniais":

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	5.473,23	0,00	0,00	5.473,23
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	53.579,09	2.284,13	0,00	55.863,22
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	19.993,47	0,00	4.998,37	14.995,10
Total	**79.045,79**	**2.284,13**	**4.998,37**	**76.331,55**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 29/03/2019

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Fornecedores c/c	11.916,87	7.940,20
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	**11.916,87**	**7.940,20**

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) – Trabalho Dependente	1.775,00	1.596,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) – Trabalho Independente	0,00	50,00
Imposto sobre Rendimentos Prediais	0,00	209,00
Sobretaxa IRS – Trabalho Dependente	0,00	0,00
Segurança Social	6.029,22	5.503,39
Outros Impostos e Taxas	37,63	27,33
Total	**7.841,85**	**7.385,72**

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Ano 2018		Ano 2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Credores por acréscimo de gastos – Remunerações a Liquidar	**0,00**	**37.255,47**	**0,00**	**39.510,68**
Credores por acréscimo de gastos – Água, Luz e Comunicação	**0,00**	**374,90**	**0,00**	**0,00**
Outros credores	**0,00**	**958,00**	**0,00**	**1.182,74**
Total	**0,00**	**38.588,37**	**0,00**	**40.693,42**

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não existem "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Os únicos "passivos financeiros" existentes dizem respeito a juros suportados com gastos de financiamento e outros juros, já representados nas "outras divulgações".

DOCUMENTO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	235.678,20	230.606,40
Subsídios de outras entidades	50.542,87	25.058,41
Doações e heranças	41.823,60	71.985,24
Legados	0,00	0,00
Total	**328.044,67**	**327.650,05**

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

Para serem anos comparáveis, colocámos os donativos referentes ao ano de 2017 na conta apropriada (753 Doações), que tinham sido contabilizados no exercício de 2017 na conta 7888 "Donativos" e Apoios Financeiros.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Subcontratos	12.088,00	12.827,10
Serviços especializados	26.464,80	35.154,91
Materiais	5.381,25	9.306,80
Energia e fluidos	7.883,75	7.078,48
Deslocações, estadas e transportes	347,31	2.435,39
Serviços diversos	16.164,62	19.231,51
Encargos com Utentes	5.417,55	4.334,88
Total	**73.747,28**	**90.369,07**

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,01
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	9.540,40
Outros Rendimentos - Imputação Subsídios p/ investimento	4.998,37	4.998,37
Outros rendimentos (Restituição Impostos, Apoios Financeiros)	35.043,17	23.596,66
Total	**40.041,54**	**38.135,44**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

Para as rubricas de "Outros Rendimentos" serem comparáveis retirámos os donativos do ano de 2017 da conta 7888 e colocamos na rubrica "Doações e Heranças" como já referimos anteriormente no ponto 17.13.

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Impostos	464,80	999,23
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos (Quotizações, Correções Ex. Anteriores, despesas bancárias e outros)	638,64	1.701,91
Total	**1.103,44**	**2.701,14**

Nota: A rubrica "Outros Gastos" está influenciada pelas quotas da Federação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4.205,84	4.294,48
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	**4.205,84**	**4.294,48**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Resultados Financeiros	**-4.205,84**	**-4.294,48**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/06/2019

17.18 - Outras Divulgações relevantes:

A rubrica de fornecimentos e serviços externos está discriminada da seguinte forma:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ANO 2018		ANO 2017	
Subcontratos	***12.088,00 €***		***12.827,10 €***	
Hipoterapia / Equitação com fins terapêuticos	7.150,00 €		8.400,00 €	
Hidroterapia	4.938,00 €		4.095,00 €	
Espetáculo Sensorial e Outros	0,00 €		332,10 €	
Serviços Especializados	***26.464,80 €***		***35.154,91 €***	
Trabalhos Especializados	6.779,50 €		18.961,91 €	
Publicidade e Propaganda	41,16 €		504,78 €	
Vigilância e Segurança	171,17 €		398,54 €	
Honorários	15.885,36 €		12.823,82 €	
Comissões	1.484,20 €		382,39 €	
Conservação e Reparação-Isentas	*2.103,41 €*		*2.083,47 €*	
Isentas - Veículos	185,78 €		442,75 €	
Isentas - Outras	837,63 €		650,24 €	
Condomínio	1.080,00 €		990,48 €	
Materiais	***5.381,25 €***		***9.306,80 €***	
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	1.101,06 €		1.135,45 €	
Livros e Documentação Técnica	0,00 €		0,00 €	
Material de Escritório	3.936,86 €		5.274,56 €	
Artigos para Oferta-Isentos	48,09 €		98,70 €	
Material Didático	249,85 €		472,66 €	
Livros, Jornais e Revistas	0,00 €		1.060,00 €	
Vestuário e Calçado de Clientes/Utentes e Funcionários	45,39 €		1.265,43 €	
Energia e Fluídos	***7.883,75 €***		***7.078,48 €***	
Eletricidade	5.675,97 €		4.966,51 €	
Combustíveis	1.671,36 €		1.580,46 €	
Água	536,42 €		531,51 €	
Deslocações, Estadas e Transportes	***347,31 €***		***2.435,39 €***	
Portagens/Estacionamentos, Almoços, Trans. Utentes	347,31 €		2.435,39 €	
Serviços Diversos	***16.164,62 €***		***19.231,51 €***	
Rendas e Alugueres	10.265,70 €		10.429,80 €	
Comunicação	2.664,18 €		2.844,64 €	
Seguros	1.551,11 €		1.774,82 €	
Contencioso e notariado	0,00 €		15,00 €	
Despesas de Representação	600,50 €		342,20 €	
Limpeza, Higiene e Conforto	912,30 €		1.390,16 €	
Outros Serviços	170,83 €		2.434,89 €	
Encargos com Clientes/Utentes	***5.417,55 €***		***4.334,88 €***	
Alimentação Clientes/Utentes	5.417,55 €	**73.747,28 €**	4.334,88 €	**90.369,07 €**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 06/03/2019

17.19 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas em Assembleia Geral aos vinte e sete dias do mês de Março de 2018 por maioria, registando-se duas abstenções.

Leiria, 15 de Março de 2019

O Contabilista Certificado,

A Direção,

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL APPC A Direção

Gracinda Neves Francisco

Elian Rodrigues Dias

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

CONTAS DE EXPLORAÇÃO EXERCÍCIO DE 2018

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

28 Março 2019

APPC LEIRIA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 506636666
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	310.501,38	327.563,68
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	1.186,94	769,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		311.688,32	328.332,90
Activo corrente			
Inventários	9	0,00	0,00
Créditos a receber	17.3	2.189,20	3.304,56
Estado e outros entes públicos	17.10	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Gastos a reconhecer	17.5	1.207,45	236,53
Outros ativos correntes	17.4	295,00	5.011,52
Caixa e depósitos bancários	17.7	421,49	11.352,65
Outras contas a receber	17.4	3.008,00	500,00
		7.121,14	20.405,26
Total do ativo		318.809,46	348.738,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	5.473,23	5.473,23
Excedentes técnicos	17.8	0,00	0,00
Reservas	17.8	0,00	0,00
Resultados transitados	17.8	55.863,22	53.579,09
Excedentes de revalorização	17.8	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	14.995,10	19.993,47
		76.331,55	79.045,79
Resultado líquido do período		14.676,59	2.284,13
Total dos fundos patrimoniais		91.008,14	81.329,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	160.796,30	167.676,59
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		160.796,30	167.676,59
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	11.916,87	7.940,20
Estado e outros entes públicos	17.10	7.841,85	7.385,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	8.657,93	6.712,31
Diferimentos	17.5	0,00	37.000,00
Outros passivos correntes	17.11	38.588,37	40.693,42
		67.005,02	99.731,65
Total do passivo		227.801,32	267.408,24
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		318.809,46	348.738,16

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

A Direção,

Contabilista Certificado,

A Direção

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE LEIRIA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangiveis	5	310.501,38	327.563,68
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	17.1	1.186,94	769,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		**311.688,32**	**328.332,90**
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	9	0,00	0,00
Clientes e Utentes c/c	17.3	2.189,20	3.304,56
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Outras contas a receber	17.4	3.008,00	500,00
Diferimentos	17.5	1.207,45	236,53
Outros activos Correntes	17.4	295,00	5.011,52
Caixa e depósitos bancários	17.7	421,49	11.352,65
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		**7.121,14**	**20.405,26**
TOTAL DO ACTIVO		**318.809,46**	**348.738,16**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	17.8	5.473,23	5.473,23
Excedentes técnicos	17.8	0,00	0,00
Reservas	17.8	0,00	0,00
Resultados transitados	17.8	55.863,22	53.579,09
Excedentes de revalorização	17.8	0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	14.995,10	19.993,47
Resultado líquido do período		14.676,59	2.284,13
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		**91.008,14**	**81.329,92**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	160.796,30	167.676,59
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		160.796,30	**167.676,59**
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	17.9	11.916,87	7.940,20
Adiantamentos de clientes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.10	7.841,85	7.385,72
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	8.657,93	6.712,31
Diferimentos	17.5	0,00	37.000,00
Outros passivos correntes	17.11	38.588,37	40.693,42
		67.005,02	**99.731,65**
TOTAL DO PASSIVO		**227.801,32**	**267.408,24**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		**318.809,46**	**348.738,16**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

A Direção

O Contabilista Certificado,

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE LEIRIA

CONTAS DE EXPLORAÇÃO - GASTOS 2018 SNC-ESNL

Memória Descritiva - Exercício 2018

(Em Euros)

Código da Conta	GASTOS	ANO 2018		ANO 2017	
6	**GASTOS**		**399.536,70 €**		**405.030,92 €**
61	**CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS**				
612	***Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo***	***0,00 €***		***0,00 €***	
61-612	***Outros***	***0,00 €***	**0,00 €**	***0,00 €***	**0,00 €**
62	**FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**				
621	***Subcontratos***	***12.088,00 €***		***12.827,10 €***	
6212	Hipoterapia / Equitação com fins terapeuticos	7.150,00 €		8.400,00 €	
6213	Hidroterapia	4.938,00 €		4.095,00 €	
6217	Espectáculo Sensorial e Outros	0,00 €		332,10 €	
622	***Serviços Especializados***	***26.464,80 €***		***35.154,91 €***	
6221	Trabalhos Especializados	6.779,50 €		18.961,91 €	
6222	Publicidade e Propaganda	41,16 €		504,78 €	
6223	Vigilância e Segurança	171,17 €		398,54 €	
6224	Honorários	15.885,36 €		12.823,82 €	
6225/7	Comissões Bancárias	1.484,20 €		382,39 €	
6226	Conservação e Reparação-Isentas	*2.103,41 €*		*2.083,47 €*	
62262	Isentas - Veículos	185,78 €		442,75 €	
62263	Isentas - Outras	837,63 €		650,24 €	
62264	Condomínio	1.080,00 €		990,48 €	
623	***Materiais***	***5.381,25 €***		***9.306,80 €***	
6231	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	1.101,06 €		1.135,45 €	
6232	Livros e Documentação Técnica	0,00 €		0,00 €	
6233	Material de Escritório	3.936,86 €		5.274,56 €	
6234	Artigos para Oferta-Isentos	48,09 €		98,70 €	
6235	Material Didáctico	249,85 €		472,66 €	
6236	Livros, Jornais e Revistas	0,00 €		1.060,00 €	
6237	Vestuário e Calçado de Clientes/Utentes e Funcionários	45,39 €		1.265,43 €	
624	***Energia e Fluídos***	***7.883,75 €***		***7.078,48 €***	
6241	Electricidade	5.675,97 €		4.966,51 €	
6242	Combustíveis	1.671,36 €		1.580,46 €	
6243	Água	536,42 €		531,51 €	
625	***Deslocações, Estadas e Transportes***	***347,31 €***		***2.435,39 €***	
6251/8	Portagens/Estacionamentos, Almoços, Trans. Utentes	347,31 €		2.435,39 €	
626	***Serviços Diversos***	***16.164,62 €***		***19.231,51 €***	
6261	Rendas e Alugueres	10.265,70 €		10.429,80 €	
6262	Comunicação	2.664,18 €		2.844,64 €	
6263	Seguros	1.551,11 €		1.774,82 €	
6265	Contencioso e notariado	0,00 €		15,00 €	
6266	Despesas de Representação	600,50 €		342,20 €	
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	912,30 €		1.390,16 €	
6268	Outros Serviços	170,83 €		2.434,89 €	
627	***Encargos com Clientes/Utentes***	***5.417,55 €***		***4.334,88 €***	
6274/5	Alimentação Clientes/Utentes/T. Especializados/Voluntários e Outros	5.417,55 €	**73.747,28 €**	4.334,88 €	**90.369,07 €**
63	**GASTOS COM O PESSOAL**				
632	***Remunerações do Pessoal***	***214.548,56 €***		***206.928,22 €***	
6321	Vencimento Base - Quadro Médio e Superior	143.017,50 €		124.603,89 €	
6322	Subsídio Férias + Subsídio de Natal - Quadro Médio e Superior	26.062,59 €		23.146,13 €	
6323	Vencimento Base - Profissionais Qualificados	8.619,68 €		12.903,75 €	
6324	Subsídio Férias + Subsídio de Natal - Profissionais Qualificados	1.020,16 €		2.322,48 €	
6325	Vencimento Base - Profissionais Indiferenciados	31.529,34 €		37.598,97 €	
6326	Subsídio Férias + Subsídio Natal - Profissionais Indiferenciados	4.299,29 €		6.353,00 €	
635	***Encargos sobre Remunerações***	***48.535,79 €***		***46.289,66 €***	
63502	Encargos sobre Remunerações - Geral 22,3% s/ Remunerações	46.980,89 €		45.025,54 €	

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE LEIRIA

CONTAS DE EXPLORAÇÃO - GASTOS 2018 SNC-ESNL

Memória Descritiva - Exercício 2018

(Em Euros)

Código da Conta	GASTOS	ANO 2018		ANO 2017	
63504	Encargos sobre Remunerações - Trabalhadores Def. 11,9% s/ Rem.	1.518,72 €		1.239,52 €	
63507	Fundos de Garantia e Compensação do Trabalho	36,18 €		24,60 €	
636	***Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais .....***	***2.571,51 €***		***3.004,03 €***	
638	***Outros Custos com o Pessoal .....***	***34.597,73 €***		***31.326,20 €***	
63802	Subsídio Alimentação - Geral	1.502,59 €		1.394,23 €	
63805	Prémio de Incentivos	1.813,85 €		588,00 €	
63806	Bolsa Estágio - Isento Seg. Social	0,00 €		0,00 €	
63807	Sub. Alimentação Estagiários	0,00 €		0,00 €	
63809	Bolsa Estágio - Sujeita Seg. Social	0,00 €		0,00 €	
63811	Formação Profissional	1.123,00 €		1.675,60 €	
63813	Cartão Refeição	23.297,13 €		22.873,67 €	
6382	Horas Extraordinárias	6.623,56 €		4.399,61 €	
6384	Ajudas de Custo	237,60 €		65,09 €	
6386	Medicina no trabalho	0,00 €		330,00 €	
6388/9	Outros	0,00 €	**300.253,59 €**	0,00 €	**287.548,11 €**
64	**GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO**				
641	***Propriedades de Investimento .....***	***0,00 €***		***0,00 €***	
642	***Activos Fixos Tangíveis .....***	***20.226,55 €***		***20.118,12 €***	
6422	Edifícios	5.080,37 €		5.220,55 €	
6423	Equipamento Básico	4.649,59 €		4.638,65 €	
6424	Equipamento de Transporte	7.170,90 €		7.170,90 €	
6425	Equipamento Administrativo	3.325,69 €		3.088,02 €	
643	***Activos Intangíveis .....***	***0,00 €***		***0,00 €***	
64-641/3	***Outros Gastos de Depreciação e de Amortização .....***	***0,00 €***	**20.226,55 €**	***0,00 €***	**20.118,12 €**
67	**Provisões do periodo .....**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
68	**OUTROS GASTOS**				
681	***Impostos***	***464,80 €***		***999,23 €***	
687/8/9	***Quotizações IPSS e Outros***	***638,64 €***	**1.103,44 €**	***1.701,91 €***	**2.701,14 €**
69	**GASTOS DE FINANCIAMENTO**				
691	***Juros Suportados .....***	***4.205,84 €***	**4.205,84 €**	***4.294,48 €***	**4.294,48 €**
	Resultado Líquido Exercício		**14.676,59 €**		**2.284,13 €**

A Direcção,

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL APPC A Direcção

Graciela Neves Francisco

Elian Rodrigues Dias

O Contabilista Certificado,

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE LEIRIA

CONTAS DE EXPLORAÇÃO - RENDIMENTOS 2018 SNC-ESNL

Memória Descritiva - Exercício 2018

(Em Euros)

CÓDIGO DA CONTA	RENDIMENTOS	ANO 2018		ANO 2017	
7	RENDIMENTOS		414.213,29 €		407.315,05 €
71	VENDAS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				
721	*Quotas dos Utilizadores, Matrículas e Mensalidades .....*	*40.311,08 €*		*39.802,56 €*	
721101	Comparticipação Apoio Ambulatório	21.880,58 €		20.075,06 €	
721102	Comparticipação Hipoterapia	5.238,75 €		5.540,25 €	
721103	Comparticipação Hidroterapia	6.238,75 €		4.228,75 €	
721104	Musicoterapia	1.635,50 €		3.206,00 €	
721105	Atividades Vida Diária Espaço "Aprender a Crescer"	5.317,50 €		6.752,50 €	
722	*Quotizações e Jóias.....*	*5.816,00 €*	46.127,08 €	*1.727,00 €*	41.529,56 €
73	*Variação dos inventários na produção.....*	*0,00 €*	0,00 €	*0,00 €*	0,00 €
74	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
741	*Activos fixos tangíveis.....*	*0,00 €*		*0,00 €*	
742	*Activos intangíveis.....*	*0,00 €*	0,00 €	*0,00 €*	0,00 €
75	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO				
751	*Do Sector Público Administrativo .....*	*235.678,20 €*		*230.606,40 €*	
7511	ISS, IP - Centro Distrital	235.678,20 €		230.606,40 €	
75111	Estabelecimento para Crianças e Jovens com Deficiências	235.678,20 €		230.606,40 €	
751111	Apoio Ambulatório	235.678,20 €		230.606,40 €	
752	*Subsídio de Outras Entidades .....*	*50.542,87 €*		*25.058,41 €*	
7521	Autarquias e Outras Entidades Públicas	12.032,00 €		12.032,00 €	
7523	I. E. F. P.	1.510,87 €		26,41 €	
7524	Fundo Socorro Social	37.000,00 €		13.000,00 €	
753	*Doações e Heranças .....*	*41.823,60 €*		*0,00 €*	
7581	*S. Exploração - Fundo Social Europeu*	*0,00 €*	328.044,67 €	*0,00 €*	255.664,81 €
76	REVERSÕES	*0,00 €*	0,00 €	*0,00 €*	0,00 €
77	GANHOS POR AUMENTO DO JUSTO VALOR	*0,00 €*	0,00 €	*0,00 €*	0,00 €
78	OUTROS RENDIMENTOS				
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €		0,01 €	
787	Rendimentos em Investimentos não Financeiros	0,00 €		9.540,40 €	
7883	Imputação Subsídios p/ Invest. - Fundo Socorro Social	4.998,37 €		4.998,37 €	
7884	Ganhos em outros instrumentos Financeiros	0,00 €		0,00 €	
7885	Restituição de Impostos	8.192,60 €		1.552,98 €	
7888	"Donativos" e Apoios Financeiros	26.850,57 €	40.041,54 €	94.028,92 €	110.120,68 €
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS				
791	Juros obtidos.....	0,00 €		0,00 €	
792	Dididendos obtidos.....	0,00 €		0,00 €	
7928	Outras.....	0,00 €		0,00 €	
798	Outros Rendimentos Similares.....	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

DOCUMENTO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/05/2019

A Direcção,

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL APPC A Direcção

Graciela Neves Francisco

Diana Rodrigues Dias

O Contabilista Certificado,

APPC LEIRIA **Contribuinte:** 506636666

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 **Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	46.127,08	41.529,56
Subsídios, doações e legados à exploração	12; 17.13	328.044,67	255.664,81
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	17.14/18	73.747,28	90.369,07
Gastos com o pessoal	15	300.253,59	287.548,11
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12; 17.15	40.041,54	110.120,68
Outros gastos	17.16	1.103,44	2.701,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**39.108,98**	**26.696,73**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	20.226,55	20.118,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**18.882,43**	**6.578,61**
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.17	4.205,84	4.294,48
Resultados antes de impostos		**14.676,59**	**2.284,13**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**14.676,59**	**2.284,13**

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

A Direção,

Contabilista Certificado,

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL APPC A Direcção

Jorge Manuel Bento Martins
Graciinda Neves Francisco
Eliana Rodrigues Dias

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL DE LEIRIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (2)	Variação % (1)-(2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes e utentes		42.175,44	46.924,71	-10,12%
Pagamentos a fornecedores		(52.227,81)	(90.664,35)	-42,39%
Pagamentos ao pessoal		(178.024,35)	(168.757,06)	5,49%
Caixa gerada pelas operações		***(188.076,72)***	***(212.496,70)***	**-11,49%**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(22.540,26)	(22.989,64)	-1,95%
Outros recebimentos/pagamentos		(86.240,05)	(68.608,30)	25,70%
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**(296.857,03)**	**(304.094,64)**	**-2,38%**
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		(3.164,25)	(35.854,50)	-91,17%
Activos intangíveis		-	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-
Outros activos		-	-	-
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		-	-	-
Activos intangíveis		-	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-
Outros activos		-	-	-
Subsídios ao investimento		-	-	-
Juros e rendimentos similares		-	-	-
Dividendos		-	-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**(3.164,25)**	**(35.854,50)**	**-91,17%**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Cobertura de prejuízos		-	-	-
Doações		41.823,60	68.714,67	-39,13%
Outras operações de financiamento		276.071,64	292.664,81	-5,67%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(24.599,28)	(7.676,82)	220,44%
Juros e gastos similares		(4.205,84)	(3.554,14)	18,34%
Dividendos		-	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Outras operações de financiamento		-	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**289.090,12**	**350.148,52**	**-17,44%**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**(10.931,16)**	**10.199,38**	**-207,17%**
Efeito das diferenças de câmbio		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		11.352,65	1.153,27	884,39%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		421,49	11.352,65	-96,29%

DOCUMENTAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL DE 28/03/2019

O Contabilista Certificado,

A Direcção,

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PARALISIA CEREBRAL APPC A Direcção

Graciete Neves Francisco

Elias Rodrigues Dias